

O que deu certo em Anchieta | E como
foi feito

O setor de rochas pede ajuda | De
novo

SEGURANÇAS

POR QUE ESTÁ TÃO DIFÍCIL COMBATER A CRIMINALIDADE?

Mesmo com a divulgação da redução de delitos,
tem-se a sensação de que o crime avança

O que dizem os especialistas

Entrevista exclusiva

Cientista político

Marco Aurélio Borges Costa

“Infelizmente, continuaremos
a ser assaltados!”

Como a polícia
está reagindo

“Continuaremos a ser assaltados!”

Para o cientista político cachoeirense, Doutorando em Ciências Humanas/Sociologia pela UFRJ, redução da criminalidade é algo que se alcança com trabalho duro... e leva tempo

Em sua trajetória como professor de Ciência Política, Sociologia e Antropologia no Centro Universitário São Camilo/ES, o cachoeirense Marco Aurélio Borges Costa se notabilizou pelas pesquisas com foco na área de segurança pública. Os grupos que coordena estudam metodicamente temas caros ao direito, como a “Persecução Penal nos Crimes de Homicídio”.

Doutorando em Ciências Humanas/Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele defenderá em dezembro tese sobre a acumulação social da violência no Espírito Santo, matéria à qual se dedica desde 2009.

Crítico contundente da influência que a repercussão midiática tem sobre ações públicas na área de segurança, Marco Aurélio afirma que o caso do empresário Roberto Misse não foi a regra. O mesmo, no entanto, não pode ser dito da prática de linchamento de suspeitos, fenômeno tratado com cada vez mais visibilidade nos meios de comunicação. “A mídia transforma crimes como o linchamento em exceção, para torná-los uma notícia vendável”.

Tivemos nos últimos meses um visível esforço dos gestores de segurança pública em aumentar a sensação de segurança em Cachoeiro de Itapemirim com o emprego de mais homens nas ruas, policiamento estratégico, investigações com resultado e blitz realizadas em pontos diversos. Em contrapartida, apesar do notório esforço,

“É importante que a sociedade reaja sim, mas dentro da lei. Pois ao reagir fora da lei, se iguala àquele a quem considera culpado”



tem-se a impressão de que houve uma escalada da violência, com a ocorrência de crimes que cada vez chocam mais a sociedade, como a trágica morte do empresário Roberto Misse ou a suposta tentativa de linchamento de um ladrão no bairro São Francisco de Assis. Por que parece estar tão difícil combater a criminalidade? O grande problema é que o foco está na sensação de segurança, e não na segurança de fato. As ações públicas acabam sendo pautadas pelos veículos de comunicação, que atuam sempre com base nas exceções, e não nos padrões. No mínimo, o gestor responsável da área de segurança tem que conviver com a demanda real que as estatísticas apresentam, e atender, ao mesmo tempo, as demandas fictícias criadas pela generalização das exceções. Essa generalização afeta sensivelmente isso que chamamos de "sensação de segurança". Em outras palavras, mais blitz, mais policiais, mais visibilidade não significa, de nenhuma forma, mais segurança. O gestor público da área de segurança vive, nesse sentido, uma situação muito delicada, de ter que decidir onde aplicar os poucos recursos que dispõe diante desses dilemas.

Quanto ao problema do linchamento, parece ser um fato novo, porque acabou novamente pautado pela mídia. A mídia o transforma em exceção, para torná-lo uma notícia vendável. Mas a prática do linchamento é antiga e constante no Brasil. Estudos indicam

“As ações de visibilidade são apenas para dar uma satisfação à população, uma ‘sensação de segurança’ que anule a ‘sensação de insegurança’ criada por algum fato, mas que não representa segurança de fato”

que acontecem linchamentos diários no Brasil. E isso há séculos. É um traço de nossa descrença no Estado democrático de direito, nas instituições judiciais e de segurança pública. Mas não é só isso, é bom que se diga. O linchamento tem um forte elemento cultural, que está relacionado à expiação dos próprios “pecados” como sociedade. É uma questão teórica mais profunda, mais antropológica, que reportaria a uma perspectiva do sacrifício humano, enfim. Resta insistir que linchamentos não representam nenhuma novidade no Brasil e que, infelizmente, muitas vezes são tolerados pelas autoridades que, sendo parte do mesmo universo cultural dos linchadores, acabam por se identificarem com eles.

O último crime citado na pergunta nos afeta diretamente. Eu estive poucas vezes com o Roberto Misse, mas era parente e amigo de pessoas próximas, que sentiram muito a perda. Trata-se de uma dor muito pessoal, e quando a dor é pessoal, é difícil olhar o fato de maneira analítica, distanciada.

Mas o fato é que o caso do Roberto Misse não foi a regra. Foi uma exceção. Não se trata de culpar a vítima por ter sido vítima. Roberto foi assassinado, e o responsável por isso deve ser preso e punido com todos os rigores da lei. Por outro lado, analisando a interação social que levou a sua morte, percebe-se que ele desafiou uma regra fundamental, que é enfrentar um adversário com uma ampla vantagem em termos de força. Os assaltos existem e vão continuar existindo. O crime, em especial o patrimonial, é inerente ao modelo de sociedade no qual nós vivemos. O que é possível fazer é reduzir as oportunidades para que ele ocorra por meio de sistemas de vigilância; ampliar o custo do ato pela maior possibilidade de punição, por meio de um sistema de justiça criminal que investigue, denuncie, condene e puna os culpados e; na base de tudo, reduzir a motivação para o crime, com políticas públicas que tornem as demais oportunidades de vida mais viáveis, acessíveis e interessantes principalmente para os jovens. Mas mesmo assim, alguma quantidade de crimes nós teremos, sempre. E precisamos aprender a conviver



Pare de SONHAR!
Os MELHORES preços para
CONSTRUIR ou REFORMAR
estão AQUI!

Materiais de construção – Materiais elétricos – Materiais de Segurança – Rações



com isso sem idealismos ou romantismos. Uma sociedade com pouca mobilidade social e extrema desigualdade tende a ter mais crimes contra o patrimônio. Infelizmente, esse é o caso do Brasil e de Cachoeiro. O desenvolvimento econômico, por contraditório que possa parecer, normalmente não traz a diminuição da criminalidade, mas seu aumento.

Essa sensação incômoda de insegurança indica que a violência pode estar fora de controle? Em termos de Espírito Santo, essa percepção é totalmente descabida. Desde o início do século XX existem registros de governantes estaduais se queixando da total ausência de estrutura de segurança pública. Antes de 2003, sequer havia algo que se pudesse chamar de Secretaria de Segurança Pública no estado. Era uma desorganização total em todos os sentidos, sem falar na forte presença do crime organizado nas estruturas policiais. Naquela época sim, não havia nenhum tipo de segurança, se você não tivesse alguém com quem contar do ponto de vista pessoal. De lá para cá, com ressalvas ou não, é que se começou a ter uma mínima estrutura de segurança pública no estado. E aí sim é que se passou a ter um mínimo controle da criminalidade. O controle sobre a criminalidade aumentou, melhorou, e não piorou. Os índices são muito claros, são números inquestionáveis. Até as taxas de homicídio, que sempre foram um dos mais graves problemas do estado do Espírito Santo, estão

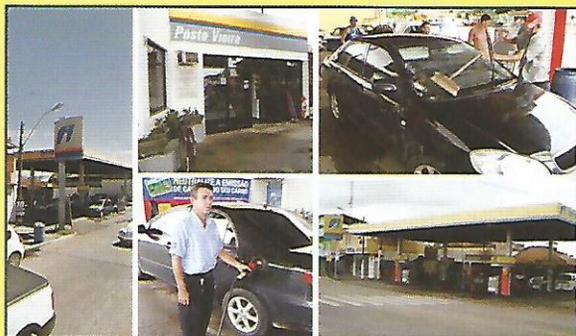
“Não se pode esquecer que reduzir a desigualdade, oferecer oportunidades, ter uma sociedade com mobilidade social, reduz a motivação para o crime”

em queda. O sul do estado nunca apresentou altas taxas de criminalidade de nenhum tipo. E não há nenhuma tendência significativa de aumento atualmente. Um ano sobe, no outro volta ao patamar, sem caracterizar um aumento significativo. Novamente, o problema é que as pessoas se informam de maneira precária, exclusivamente por veículos de comunicação que pegam um caso específico, uma exceção, e o tratam tão repetidamente que esse caso parece ser a regra. E não é. Ocorrem muitos assaltos todos os dias em Cachoeiro. Mas na maior parte dos casos, a vítima só perdeu seus bens. Por isso, resalto, o caso do Roberto Misse, por mais trágico e pessoalmente doloroso, é uma exceção, e

não a regra.

Apesar disso, é claro que como a segurança pública no Espírito Santo praticamente começou a existir de fato, em moldes mais modernos, a partir dos anos 2000, há muito que avançar. Nossa estrutura de investigação é precária, o que resulta por consequência em uma precariedade na denúncia, no julgamento, na condenação, na punição dos culpados. Nosso judiciário funciona mal, assim como o próprio Ministério Público. Isso precisa ser melhorado para que aqueles que se sintam tentados a cometer crimes tenham a certeza da punição e, por esse fator, se sintam dissuadidos do ato. Apesar de que alguns tipos de crime, como os passionais, não são passíveis de dissuasão, porque ocorrem geralmente em condições de descontrole emocional. Excetuando os crimes contra o patrimônio cometidos por indivíduos sob forte efeito de entorpecentes, em geral esse tipo de atuação criminosa se dá mediante um cálculo de custo e benefício, de avaliação de riscos.

A tentativa de linchamento no bairro São Francisco de Assis ocorreu depois de uma frustrada tentativa de furto. Dias antes um homem foi segurado na rua por populares após a suspeita de roubar um celular. Há uma evidente tendência de reação da sociedade diante dos crimes? É preciso distinguir bem os fatos. Se alguém comete um crime na minha frente, eu, como cidadão, tenho todo o direito de detê-lo até a chegada



Nossa diferença está na ATENÇÃO dada a VOCÊ!



São anos de DEDICAÇÃO e RESPEITO ao consumidor, tratando clientes como AMIGOS

Avenida Simão Soares, nº 626 - Barra - Marataízes - ES / Tel.: (28) 3532-1487

Entrevista MARCO BORGES

da autoridade policial. Isso não tem nada demais. Eu vi alguém roubando uma bolsa de uma mulher na rua. Seguro o indivíduo, sem agredi-lo, e o mantenho imobilizado até a hora que a polícia ou a guarda municipal chega. Isso é absolutamente legítimo. O linchamento é algo totalmente diferente. Séculos atrás, quando não tínhamos um Estado Democrático de Direito, bastava uma carta ao Rei dizendo que seu vizinho era um conspirador para que ele fosse preso ou morto. Nos tempos da Ditadura Militar, bastava alguém sugerir que “fulano” era comunista, para que esse pobre “fulano” fosse parar no pau de arara sem nunca ter sequer tido conhecimento do que fosse esse tal de comunismo. Aconteceram fatos dessa natureza. E muitos. Então, o devido processo legal, o Estado Democrático de Direito, a presunção de inocência, o in dúbio pró reo (quando na dúvida ou ausência de provas considera-se o réu inocente), foram avanços civilizatórios incomensuráveis. Ainda que vez ou outra um culpado escape de sua devida punição, muitos inocentes deixaram de ser punidos pelo que jamais fizeram. Não raro, vemos o linchamento de um inocente. Então, se há suspeita de crime, que o criminoso seja punido, mas que o seja dentro das regras, das leis. O processo legal é para, simplificando um pouco, confirmar se aquele suspeito é mesmo o culpado pelo ato criminoso. Para evitar que se cometam injustiças. E olha que ainda se cometem muitas. Então, esses avanços não são para proteger os criminosos. São para nos proteger.

Enfim, é importante que a sociedade reaja sim, mas dentro da

“Infelizmente, continuaremos a ser assaltados, a sofrermos com o furto dos nossos bens, e linchar, bater, agredir, agir ilegalmente ou ficar fazendo declarações inflamadas não vai mudar isso”

lei. Pois ao reagir fora da lei, se iguala àquele a quem considera culpado, e então não há mais distinção, não há mais civilização, só barbárie. O linchamento é a melhor expressão dessa barbárie. Não peça, evidentemente, para o pai de uma menina que foi estuprada que pense assim. No calor do sofrimento, o que se quer é somente a vingança imediata. Isso vale para todos, para mim inclusive. É justamente por esse motivo que a punição, em nossa sociedade, cabe ao Estado. Confirmar a culpa e punir, garantindo o que esse pai tem como direito, como cidadão, ao abdicar do seu direito de vingança em favor do Estado. Agora, o problema, é quando Estado não cumpre seu papel punitivo. Aí, então, temos não só no caso dos linchamentos, mas das

rixas, vinganças, brigas entre famílias, um ciclo interminável de violência que só acaba como nas tragédias shakespearianas, quando todos morrem.

Ressalto, como disse antes, que não me parece que haja um maior número de linchamentos. Mas essa é uma pauta do momento, logo, mais casos são divulgados, gerando a sensação de que mais casos estão ocorrendo. Além disso, existe o “efeito imitação”. Vê-se na televisão, e então, começa-se a praticar. Mas esse efeito é estatisticamente pouco relevante. Pode gerar um aumento em certo momento, mas logo se estabiliza.

Linchamentos motivados por assaltos e pequenos delitos estão acontecendo com mais frequência no Brasil. Esse tipo de reação não indica um quadro de banalização da violência? A violência no Brasil sempre foi banal. E continua sendo. O próprio Estado trata a violência de forma banal. A nossa polícia, um braço do Estado para a proteção de seus cidadãos – todos os cidadãos – é uma das que mais mata no mundo. Além disso, historicamente, no Brasil, os pequenos crimes é que são punidos severamente, enquanto os grandes crimes são ignorados. Falam que o Brasil é o país da impunidade. Não sei como, se temos uma das maiores populações prisionais do mundo. A impunidade é apenas para alguns, e, hoje em dia, há até certo regozijo em ver executivos milionários experimentando o que os criminosos “comuns” conhecem muito bem, a cadeia. Veja o

AGENTE CREDENCIADO
DETRAN | ES
Reg: 355

AQUI, VOCÊ ESTÁ NA DIREÇÃO CERTA
Categorias: A, B, C e D
Temos Curso de Reciclagem



AUTO ESCOLA VARGEM ALTA
CFC
Direção: Marcelo

Tel.: (28) 3528-1881 / (28) 99938-6191
Centro – Vargem Alta – ES (ao lado do Posto Shell, na saída para Cachoeiro)

caso dos entorpecentes. Uma enorme quantidade de jovens cumprindo penas rigorosas por traficar quantidades não tão significativas de entorpecente, enquanto um piloto flagrado em Alfredo Chaves com centenas de quilos de pasta básica de cocaína responde em liberdade e faz mais de um ano ninguém toca no assunto. Infelizmente, nosso senso de justiça é seletivo, e nossa justiça acaba também sendo. A questão não é só o delito em si, mas quem cometeu o delito. Alguém que, independente do que tenha feito de grave ou não, está "rotulado" como "bandido". É o que o Michel Misse chama de "Sujeição Criminal". Se é "bandido", pouco importa o que fez, e mesmo se fez. Se não fez, vai fazer, é o que diz certos segmentos da "sabedoria popular". Daí a máxima dos grupos de extermínio, de que "bandido bom é bandido morto". E o que é o "bandido"? É aquele que apresenta certas características de cor, etnia, traços culturais, área de residência, etc. Basta analisar a estrutura da população prisional por tipo de crime e se verá que a maior parte dos que cumprem penas estão lá por conta de pequenos delitos. Analise pelo aspecto étnico, e verá que há uma enorme seletividade em termos de cor entre os presos do Espírito Santo ou de qualquer estado. Grande parte deles, quase a metade inclusive, sem julgamento, como presos provisórios, implicando em prejuízo ao princípio da presunção de inocência. Nós somos um país que um dia criou uma lei contra "vadiagem". Uma lei que bastava o policial olhar para o indivíduo na rua, parado,

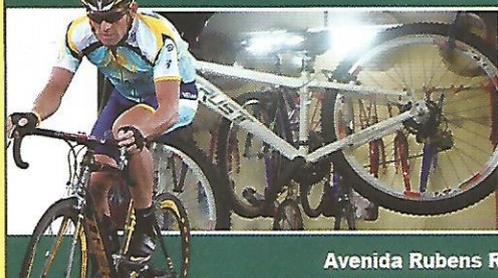
“Diante da indignação popular por um fato de maior repercussão, o gestor de segurança acaba tendo que ceder à pressão e mobilizar seus efetivos para esse ‘efeito demonstração’”

em posição “suspeita” e dizer que ele estava vadiando para que o mesmo fosse preso. Essa lei vigorou boa parte do século XX e era responsável pela maior parte dos encarceramentos, segundo pesquisas realizadas no Rio de Janeiro. E, de certa maneira, sob outras formas, isso permanece.

Para os gestores de segurança pública investir em ações de visibilidade ainda é a melhor forma de dar uma resposta à sociedade? Definitivamente não. As ações de visibilidade são apenas para dar uma satisfação à população, uma “sensação de segurança” que anule a “sensação de insegurança” criada por algum fato, mas que não representa segurança de fato. Os gesto-

res públicos precisam investir é em tecnologia, inteligência, em repressão qualificada, em integração com outras áreas da administração pública, como a assistência social, a gestão urbana, a educação, a cultura. Felizmente essa é a tendência e tudo indica que tem trazido bons resultados. Mas, diante da indignação popular por um fato de maior repercussão, ainda que exceção, o gestor de segurança acaba tendo que ceder à pressão popular e mobilizar seus efetivos para esse “efeito demonstração”. Mas esse não é o caminho. E felizmente os gestores, do Espírito Santo pelo menos, sabem disso. Redução da criminalidade é algo que se alcança com trabalho duro e leva tempo. Infelizmente, continuaremos a ser assaltados, a sofrermos com o furto dos nossos bens, e linchar, bater, agredir, agir ilegalmente ou ficar fazendo declarações inflamadas não vai mudar isso. O que vai mudar é contribuir com a segurança pública como cidadão responsável, participativo e ativo na comunidade. O assalto que acontece no Centro da cidade não é planejado em uma casa do Centro da cidade. Em algum bairro periférico da cidade, existem jovens com poucas perspectivas, que são assediados pela carreira criminosa. Impor a vigilância, as câmeras, o policiamento ostensivo, são, efetivamente, formas de reduzir a oportunidade para o crime. Mas não se pode esquecer que reduzir a desigualdade, oferecer oportunidades, ter uma sociedade com mobilidade social, reduz o mais importante, a motivação.

Montando Sonhos, para pedalar mais longe!



**LUCK
BIKE**

Especializada em Bikes e acessórios
para passeios e competições

Avenida Rubens Rangel, n° 2.566 – Marataízes – ES / Tel.: (28) 3520.1913